

Processo nº 59412.001229/2024-48

Interessado: Coordenadoria Estadual na Paraíba

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

À CEST-PB,

Considerando o Despacho DA/DL (SEI nº 1754991), a seguir apresentamos nossa manifestação técnica em relação aos pedidos de esclarecimentos:

SEI_DNOCS - 1887547 - Pedido Esclarecimento 01

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/QUESTIONAMENTOS

No contexto do processo licitatório em curso, identificamos que as Distâncias Médias de Transporte (DMTs) consideradas na memória de cálculo disponibilizada não refletem, conforme análise técnica, a realidade das condições da obra a ser executada.

Diante disso, solicitamos esclarecimento quanto ao seguinte:

- Caso os DMTs previstos na memória de cálculo se mostrem incompatíveis durante a execução da obra, será permitido realizar a medição considerando os DMTs efetivamente praticados no transporte?
- Em caso negativo, será mantida a adoção dos DMTs apresentados no orçamento base, mesmo que não correspondam às distâncias reais da execução, o que pode impactar diretamente na precisão das medições e no equilíbrio econômico financeiro do contrato?

Resposta do Pedido Esclarecimento 01:

Primeiramente informamos que a presente licitação tem como regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, ou seja, é uma execução contratual sempre indicada para serviços de manutenção/recuperação de infraestruturas tendo em vista que não se pode assegurar que as **quantidades de serviços a serem executadas tenha a precisão desejada**. Ao longo da execução dos serviços podem surgir serviços não previstos ou quantidades estimadas aquém dos valores realmente demandados. **Uma das grandes vantagens nesse tipo de regime de execução é que os pagamentos somente são feitos em relação aos serviços efetivamente executados.**

Feito essa abordagem inicial, os esclarecimentos feitos pela LICITANTE aborda o pagamento do DMT dos materiais/insumos empregados na execução do pavimento em bloco de concreto intertravado. No Anexo I.d - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (folhas 31 a 78 do ANEXO I) apresenta o procedimento para fins de medição dos serviços executados.

No item 9 desse Anexo I.d, o pagamento do transporte de materiais está assim consignado:

A critério da FISCALIZAÇÃO, o momento extraordinário de transporte referente a materiais não descritos especificamente neste item poderá ser considerado para efeito de medição e pagamento. Nesses casos, caberá à FISCALIZAÇÃO determinar o volume de material a ser medido e a quantia a ser paga a título de momento extraordinário de transporte.

Em nenhum caso será aplicado, ao volume medido, qualquer coeficiente de ajuste, a título de empolamento de material, valor que deverá estar incluso nos preços unitários da EMPREITEIRA relativos ao momento extraordinário de transporte.

O pagamento do momento extraordinário de transporte será efetuado pelo preço unitário aplicável por toneladas x quilômetros constante da Planilha de Orçamentos de Obras.

Os preços unitários deverão incluir os custos de mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços conforme especificado neste item.

24

55 / 517



O pagamento do transporte dos insumos para a base (Brita Graduada Simples) e colchão de areia (pó-de-pedra) DEVERÁ APRESENTAR A ORIGEM ATRAVÉS DA NOTA FISCAL DA FORNECEDORA.

O DMT Máximo será a distância da cidade-pólo até o local da obra.

Os DMTs colocados na planilha orçamentária são quantitativos estimados conforme descreve o Caderno de Encargos.

As jazidas de solos geralmente são obtidos no próprio municípios (jazidas da prefeitura, etc.), ou seja, estimou-se um DMT de 10km no revestimento primário e DMT de 15km para rodovia pavimentada. Caso não se consiga nessa distância, a futura CONTRATADA no momento da apresentação do Projeto Executivo apontará a jazida de solo a ser explorada e o DNOCS através da Comissão de Fiscalização analisará e aprovará esse projeto executivo.

Da mesma forma é o pagamento do transporte dos insumos pétreos onde o DMT de 70km foi estimado para rodovia pavimentada e DMT de 10km para revestimento primário.

É importante ressaltar que há um limite máximo para esse DMT, ou seja, a distância do local da obra para a cidade-pólo do município beneficiados (vide Anexo I.o).

Outro fator para comprovação do transporte desse material será a Nota Fiscal de Origem desses insumos exatamente para não pairar dúvidas do DMT (vários acórdãos do TCU e recomendações da CGU estão exigindo essa averiguação).

Também **COMUNICAMOS A TODOS OS LICITANTES** que há outro entendimento já pacificado no TCU sobre a apresentação das propostas de preços. A seguir apresentamos esse trecho para fins de ciência a todos os participantes:

8.1.3. O desconto apresentado pela LICITANTE deverá ser aplicado linearmente em todos os itens da planilha orçamentária.

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024. 1. Contratações. 2. Licitação. 3. Contrato Administrativo. I. Título. **(páginas 171 a 176)**
- Acórdão 1712/2015-TCU-Plenário:
[Voto] 30. Ainda na vigência do Decreto nº 3.931/2001, o Tribunal admitiu em precedentes isolados a contratação de eventos mediante a utilização de desconto linear na planilha de preços da Administração, conforme se depreende do seguinte trecho do voto condutor do Acórdão 2907/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro:
"10. De fato, o requisito do desconto linear, que seja igual para todo e qualquer item da planilha, peca por compelir os licitantes a comporem seus preços artificialmente, sem que haja correspondência com a indicação do mercado. Dificulta, por conseguinte, a elaboração das propostas, pois as empresas terão que encontrar um desconto médio, que equilibre os itens a serem vendidos abaixo e acima do preço real, ou simplesmente irão fixar o menor desconto entre todos os itens como o máximo a se oferecer.
11. De qualquer forma, tendo por premissa que o orçamento-base da licitação é adequado, **a contratação pelo maior desconto linear será sempre um bom negócio para o contratante**, ainda que talvez possa não ser o melhor. Além do mais, anula a possibilidade do jogo de planilha, em sua operação tradicional, já que obriga que os itens contratuais, sejam eles com pouco ou muita perspectiva de execução, tenham todos o mesmo desconto, isto é, até os itens com grande demanda terão que ser comercializados a preço mais baixo que o orçado.
12. Também não se pode afirmar que o desconto linear é um modelo que agride frontalmente alguma norma legal. [...] [grifo nosso]"

Ou seja, o desconto apresentado pela LICITANTE VENCEDORA DO ITEM (critério de julgamento: MAIOR DESCONTO) deverá ser aplicado linearmente nos itens da planilha orçamentária.

[Assinado Eletronicamente]

Engº Civil JACKSON OLIVEIRA CARVALHO

Autor do Termo de Referência

Analista de Infraestrutura (MGI/DNOCS)



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Oliveira Carvalho, Analista de Infraestrutura**, em 12/04/2025, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1888467** e o código CRC **12D6163F**.

Referência: Processo nº 59412.001229/2024-48

SEI nº 1888467